

POLÍTICA

Constituinte

Mandato de quatro anos

para Sarney e de cinco para os futuros presidentes.

É o que está pedindo o relator.

Organização dos Poderes

Eleições para presidente da República em novembro de 1988 e instalação de um sistema parlamentarista a partir de 1990, com o primeiro-ministro indicado pelo Congresso Nacional. Esta é a síntese do parecer do relator da Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), submetido ontem à noite à alta cúpula do PMDB, reunida na casa do deputado Ulysses Guimarães.

Ao contrário do que se esperava, não houve restrições sequer à questão do mandato, fixado pelo relator em quatro anos para o presidente José Sarney e em cinco para os futuros, segundo o líder do

partido na Constituinte, senador Mário Covas, favorável aos quatro anos para Sarney. O documento, embora possa sofrer algumas rasuras, "é a síntese do PMDB". A explicação de Ferreira Lima para discordar da proposta do presidente de fixar o mandato em cinco anos foi categórica: "Eu não podia me arriscar a tanto. Tenho receio de que haja um vazio de poder depois de promulgada a nova Constituição".

Pela proposta do relator, ainda são passíveis de negociação as atribuições do presidente da República e do primeiro-ministro no novo regime, definido como "presiden-

cialismo de gabinete". O primeiro-ministro, segundo defende no relatório, somente seria rejeitado pelo presidente na hipótese de sua aprovação no Congresso acontecer por maioria simples. Nesse caso, o presidente teria de, também, dissolver o Congresso. "Estou seguro", explicou Egydio, "de que será um sistema capaz de dar ao País uma segurança político-administrativa, e condições de formar novos quadros. Se o Brasil já amadureceu ao ponto de fabricar desde o sutil até o avião, então pode muito bem funcionar com parlamentarismo".

Ferreira Lima acha que a instalação do novo regime deve ser imediata após a promulgação da Constituição, e que durante seis meses uma comissão especial, criada pelo Congresso, deve auxiliar o governo a preparar a administração do País. No parlamentarismo concebido por ele, os ministros de Estado, inclusive os militares, podem sofrer voto de censura do parlamento. O presidente, mesmo sendo um supervisor da administração, pode ter iniciativa legislativa e submeter nomeações ao Congres-

so. O primeiro-ministro, por sua vez, teria amplos poderes para cuidar da economia e gerir a administração do País.

Para Ferreira Lima, Sarney ainda poderia entrar para a história se tivesse a iniciativa de defender esse tipo de parlamentarismo. "Acho que Sarney podia aproveitar esse gancho e implementar a sua proposta de pacto político com parlamentarismo", disse, ao deixar a residência do presidente nacional do PMDB. Da reunião, participaram ainda Mário Covas e os líderes no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e do governo, Carlos Sant'Anna, além do deputado Antônio Brito (PMDB-RS).

Este substitutivo, assim como o das outras sete comissões temáticas, cujos relatórios foram divulgados ontem, estarão à disposição dos constituintes a partir de hoje, para serem emendados até amanhã. Em seguida, os relatores terão mais dois dias para apreciar as emendas e elaborar novo relatório, que deverá ser votado no próximo fim de semana. No dia 15, os substitutivos serão encaminhados à Comissão de Sistematização.

**Ulysses é contra a prorrogação de mandatos**

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, é contra a prorrogação do mandato dos atuais prefeitos das capitais e considera "um absurdo" incluir a proposta nas disposições transitórias da futura Constituição, segundo informaram ontem parlamentares da sua intimidade. O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, também negou que o presidente Sarney esteja interessado na coincidência das eleições de prefeitos com a de presidente da República.

"Essa não é nossa intenção",

garantiu o líder do governo, ao chegar ontem à residência oficial do presidente da Constituinte, para uma reunião com os relatores das comissões temáticas. Ele disse que não tinha nenhuma informação sobre a inclusão dessa medida no substitutivo do deputado Prisco Vianna, relator da Comissão da Organização Eleitoral. "Eu não li o relatório. Se for assim, deve ser idéia do Prisco" — afirmou.

Carlos Sant'Anna explicou, ainda, que o PMDB está tentando chegar à Comissão de Sistematização e ao plenário da Constituinte com uma posição consensual sobre os diversos temas constitucionais. A um repórter que perguntou se o PMDB não vai mais derrotar o PMDB nas próximas votações, como ocorreu nas subcomissões, o líder respondeu: "Essa é a força do PMDB, que é tão plural quanto a sociedade brasileira".

Em Minas, o governador Newton Cardoso também criticou a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos, que chamou de "imoralidade". E explicou: "Sou contra porque o povo votou para o período certo de mandato".